



Análise da automedicação entre os estudantes de medicina de uma faculdade privada do Sul da Bahia

Analysis of self-medication among medical students from a private college in Southern, Bahia

Análisis de la automedicación entre los estudiantes de medicina de una universidad privada em el Sur de Bahia

Nayara Reis Ramos¹, Mário Alves Amorim Filho¹, Tatiana Ventin Ribeiro Barreto¹, Vânia Costa dos Santos Peixoto¹, Fernanda Luiza Andrade de Azevedo¹, Luciano de Oliveira Souza Tourinho¹.

RESUMO

Objetivo: Analisar os fatores que influenciam o uso de medicamentos sem prescrição médica pelos acadêmicos de medicina de uma faculdade privada do Sul da Bahia. **Métodos:** Trata-se de estudo transversal, quantitativo, descritivo, com aplicação de questionário utilizando o Google Forms, aos acadêmicos do 1º ao 10º período, com consentimento prévio, conduzido com 207 indivíduos, ambos os sexos, idade de 17 a 48 anos. Os dados foram analisados pelo programa Microsoft Excel. O estudo foi aprovado por Comitê de Ética em Pesquisa. **Resultados:** A amostra foi composta por 207 discentes, 100% relataram fazer uso de medicamentos sem prescrição médica, os medicamentos mais utilizados foram os analgésicos/antipirético (81,2%) e anti-inflamatórios (74,4%), sendo os motivos mais apontados a cefaleia (84,1%) e gripe (72,5%). Além disso, 77,3% se automedicam em busca de alívio rápido dos sintomas. Observou-se que o uso de medicamentos sem orientação médica entre os estudantes é erroneamente influenciado pelos familiares (65,2%) e amigos/colegas (49,3%), sendo que 62,8% reconhecem que a automedicação é perigosa, entretanto, 79,7% continuariam se automedicando. **Conclusão:** Conclui-se ser alto o índice de acadêmicos que se automedicam, portanto, é relevante a reflexão sobre o tema, esperando dos profissionais da saúde o uso racional dos medicamentos.

Palavras-chaves: Automedicação, Medicina, Acadêmicos.

ABSTRACT

Objective: To analyze the factors that influence the use of non-prescription medication by medical students at a private college in southern Bahia. **Methods:** This is a cross-sectional, quantitative, and descriptive study that utilized a questionnaire administered through Google Forms to students from the first to the tenth semester, with prior consent. It was conducted with 207 individuals of both sexes, aged 17 to 48 years. The data was analyzed using Microsoft Excel. The study was approved by an Ethics in Research Committee. **Results:** The sample consisted of 207 students, with 100% reporting the use of non-prescription medication. The most commonly used medications were analgesics/antipyretics (81.2%) and anti-inflammatory drugs (74.4%), with the most common reasons being headache (84.1%) and flu (72.5%). Additionally, 77.3% self-medicated in search of quick relief from symptoms. It was observed that the use of medication without medical

¹ Faculdade Santo Agostinho de Itabuna (FASAI), Itabuna - BA.

guidance among students was erroneously influenced by family members (65.2%) and friends/colleagues (49.3%). Although 62.8% recognized the dangers of self-medication, 79.7% would continue to self-medicate.

Conclusion: The study concludes that there is a high rate of self-medication among medical students, therefore emphasizing the importance of reflecting on the topic and expecting healthcare professionals to use medication rationally.

Keywords: Self-medication, Medicine, Students.

RESUMEN

Objetivo: Analizar los factores que influyen en el uso de medicamentos sin receta médica por parte de los estudiantes de medicina de una universidad privada en el sur de Bahía. **Métodos:** Este es un estudio transversal, cuantitativo y descriptivo, que utiliza un cuestionario aplicado a través de Google Forms a estudiantes de los primeros diez semestres, previa obtención de consentimiento. Se llevó a cabo con 207 individuos de ambos sexos, con edades comprendidas entre los 17 y 48 años. Los datos fueron analizados utilizando el programa Microsoft Excel. El estudio fue aprobado por un Comité de Ética en Investigación.

Resultados: La muestra estuvo compuesta por 207 estudiantes, el 100% informó que utilizaban medicamentos sin receta médica. Los medicamentos más utilizados fueron los analgésicos/antipiréticos (81,2%) y los antiinflamatorios (74,4%), siendo los principales motivos el dolor de cabeza (84,1%) y la gripe (72,5%). Además, el 77,3% se automedica en busca de un alivio rápido de los síntomas. Se observó que el uso de medicamentos sin orientación médica entre los estudiantes es influenciado erróneamente por parte de sus familiares (65,2%) y amigos/colegas (49,3%), aunque el 62,8% reconoce que la automedicación es peligrosa, sin embargo, el 79,7% seguiría automedicándose. **Conclusión:** Se concluye que el índice de estudiantes que se automedican es alto, por lo tanto, es importante reflexionar sobre el tema y esperar que los profesionales de la salud hagan un uso racional de los medicamentos.

Palabras clave: Automedicación, Medicina, Estudiantes.

INTRODUÇÃO

A automedicação não é algo novo na civilização, sendo observada a sua prática em diferentes comunidades em tempos remotos. Caracteriza-se pelo consumo de medicamentos sem orientação ou prescrição médica, podendo ainda, não ter aconselhamento e acompanhamento de outro profissional da área da saúde qualificado, no qual o próprio paciente decide qual o melhor medicamento usar e sua dosagem com o objetivo de aliviar determinados sintomas ou sanar determinadas doenças (LIMA PA, et al., 2022; MORAES LG, et al., 2018).

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a automedicação pode ser definida como o uso de produtos de caráter médico para tratar sintomas e doenças autodiagnosticadas (WHO, 2000). De acordo com Nascimento C, et al. (2019) esta prática se corrobora pelo difícil acesso da população à consulta médica, limitação do poder prescritivo relacionado a poucos profissionais de saúde, falhas na regulamentação e na fiscalização daqueles que administram o medicamento. Além disso, a orientação médica sendo instruída por sugestões de pessoas não autorizadas, como familiares, amigos, balconistas de estabelecimento de saúde e reutilização de receitas antigas substitui procedimento de um profissional legalizado (MATOS J, et al., 2018).

De acordo com Costa J, et al. (2022), a automedicação tornou-se um costume a nível mundial, em que se percebe elevados índices de venda de medicamentos sem prescrição por um profissional capacitado e regulamentado para esta função, e até mesmo sem a devida orientação quanto aos efeitos adversos, via de uso, posologia e tempo de administração dos fármacos. Ainda conforme o autor citado no início deste parágrafo, inúmeros fatores fazem com que esse tipo de prática fique mais susceptível a acontecer no Brasil, entre eles, a escassez de políticas públicas destinadas a assistência à saúde, que garantam consultas médicas gratuitas ou a preços acessíveis, já que esses custos oneram muito, impactando negativamente no orçamento da maior parte da população brasileira, uma vez que as despesas com medicamentos se encontram cada vez mais elevadas.

Cabe ressaltar que a Lei nº 5991/1973, alterada pela Lei nº 13.732/2018, aborda a respeito das regras sanitárias no controle dos receituários de medicamentos, sendo assim, aquisição de produtos médico farmacêuticos com o uso de prescrições fora do prazo de validade, é considerada também uma prática de automedicação.

No Brasil, uma grande parcela da população encontra-se na faixa da pobreza, que por sua vez, apresenta dificuldades de acesso à assistência médica, tanto pela rede pública como também pela rede privada. Todavia, somente o fator financeiro não é suficiente para explicar o hábito da automedicação (GUSMÃO E, et al., 2018).

Segundo a resolução 357 Conselho Federal de Farmácia (CFF) a automedicação responsável é o uso de medicamento não prescrito, no qual os indivíduos tratam doenças, sinais e sintomas utilizando medicamentos isentos de prescrição (MIPs) sob a orientação e acompanhamento do farmacêutico (BRASIL, 2001; BRASIL, 2001a).

Os MIPs são aprovados pelas autoridades de saúde sendo indicados para doenças que apresentam alta incidência, porém baixa gravidade e autolimitada, ou seja, tendenciam a evoluir para cura naturalmente em um curto período de tempo (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE MEDICAMENTOS ISENTOS DE PRESCRIÇÃO, 2019).

A OMS considera o comportamento autônomo de uso de medicamentos uma iniciativa positiva e necessária, em especial em países subdesenvolvidos, visto que desobstrui os serviços de saúde, porém ressalta que deve ser executada de forma segura e confiável. Assim, o órgão publicou documento para avaliação regulatória de medicamentos para uso na automedicação (WHO, 2000).

As frequentes práticas como as de âmbito emergencial e para terapêutica de certas patologias consideradas como de menor repercussão, são tidas como admissíveis dentro da automedicação, enquadrando no perfil do autocuidado, no problema do uso exacerbado e indiscriminado de medicações que podem gerar grandes malefícios ao indivíduo (XAVIER MS, et al., 2021). Em contrapartida, a automedicação irracional pode trazer sérios prejuízos a saúde do indivíduo, como interações medicamentosas, resistência bacteriana, efeitos indesejáveis graves, dosagens subterapêuticas ou tóxicas, mascarar determinadas patologias, aumentando assim o período para o diagnóstico ou até mesmo, induzindo erros no diagnóstico, reações alérgicas e até a morte (LIMA PA, et al., 2022).

De acordo com estimativas da OMS, as reações adversas geradas pelo uso inadequado de medicamentos sem a devida prescrição médica garantem uma despesa de aproximadamente 42 bilhões de dólares anuais aos orçamentos públicos, sendo capazes de ocasionar maiores malefícios a saúde dos pacientes como internação, aumento do período de hospitalização ou podendo inclusive levar esses pacientes ao óbito (ANVISA, 2021).

De acordo com Nascimento C e colaboradores (2019) esta prática é motivada pelo difícil acesso da população à consulta médica, limitação do poder prescritivo restrita a poucos profissionais de saúde e falhas na regulamentação e fiscalização daqueles que administram o medicamento. Vale ressaltar que não se trata de uma prática apenas restrita a pessoas leigas, o uso de medicamentos sem prescrição médica é frequente entre acadêmicos e profissionais da área de saúde, tornando-se uma preocupação no aspecto do consumo abusivo dos fármacos (FERREIRA FC, et al., 2021). Os acadêmicos do curso de graduação em medicina, por obter conhecimento dos riscos e benefícios dos medicamentos e contato direto com alguns fármacos, possuem maior facilidade para adquiri-los, alegando ser um dos motivos da prática de se automedicar (DOS SANTOS TM, et al., 2022; MEDEIROS IM, et al., 2022; MORAES LG, et al., 2018).

Levando em consideração que o curso de medicina é notadamente um dos cursos que exige grande dedicação, empenho, abdicar, responsabilidade, sacrifício, esforço, resistência mental, física e emocional dos alunos, devido a essa extensa e extenuante jornada, muitos estudantes intensificam uso de medicamentos que contém cafeína, metilfenidato, termogênico e até mesmo florais, entre outros, para estimular mais horas de estudo (LÁZARO C, et al., 2020).

Em olhar reflexivo, cabe salientar que, no futuro, os acadêmicos de medicina serão profissionais da área médica e assim, cria-se uma expectativa que estes profissionais apresentem posturas coerentes, condizente e responsável com a sua formação, atitudes adequadas na sua prática diária, principalmente por compor uma classe formadora de opinião, quando nos referimos ao uso racional de medicamentos (VENANCIO DB, et al., 2023; NASCIMENTO C, et al., 2019).

Devido a automedicação representar um sério problema de saúde pública, este estudo tem por objetivo analisar os fatores que influenciam o uso de medicamentos sem prescrição médica pelos acadêmicos de medicina de uma faculdade privada localizada no Sul da Bahia, visto que estes futuros profissionais da área da saúde são primordiais na orientação e na educação da população quanto ao uso correto dos medicamentos.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo descritivo do tipo transversal com abordagem quantitativa. A pesquisa foi realizada em uma faculdade privada de medicina localizada no Sul da Bahia, no período compreendido entre 05 a 09 de junho do ano de 2023.

Os dados foram coletados por meio da aplicação de questionário eletrônico utilizando o *Google Forms*, estruturado pelos próprios pesquisadores para mensuração das variáveis dependentes e independentes. Nesse estudos tivemos como critérios de inclusão todos os estudantes do 1º ao 10º período regularmente matriculados no curso de medicina no período 2023.1 nesta faculdade e que aceitaram participar voluntariamente da pesquisa, com consentimento prévio através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e como critérios de exclusão aqueles estudantes que não estejam devidamente matriculados, os que não estão dispostos a participar da pesquisa e os que declararem que não fazem uso da automedicação, além daqueles que se recusarem a assinar o TCLE.

Foram respondidos 209 questionários, sendo que 207 atenderam a todos os critérios de inclusão e somente dois foram excluídos, pois um não assinou o termo de consentimento e o outro diz não fazer uso da automedicação. Os resultados foram analisados pela própria plataforma *Google Forms* e através de tabelações no *Microsoft Excel*. O estudo foi aprovado por Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves (UNIPTAN), número do parecer: 6.099.096 e CAEE: 68007623.1.0000.9667.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra foi composta por 207 acadêmicos do curso de graduação em medicina, sendo a maioria dos entrevistados do sexo feminino (n=134; 64,7%). Em relação a faixa etária, a idade variou entre 17 a 48 anos, com maior número de participantes no grupo etário entre 21 a 24 anos (n=98; 47,5%). Quanto ao estado civil, 178 (86%) se autodeclararam solteiros, enquanto 13,5% (n=28) referem ser casados.

Resultado similar foi encontrado por Bernardes H, et al. (2020) em estudo composto por 132 discentes do curso de Medicina de uma Universidade Federal, no qual a maioria dos participantes eram do sexo feminino, representando 58,33% da amostra, com faixa etária predominante entre 20 a 23 anos (70,45%), demonstrando que mais de 90% dos discentes já compraram medicamentos sem prescrição médica, não apresentando diferenças significativas entre os ciclos básico, clínico e internato.

Quanto a renda familiar, 56% (n=116) dos entrevistados informaram renda maior do que cinco salários-mínimos, ao passo que, 1,4% (n=3) relataram renda abaixo de 1 salário-mínimo. Quando questionados a respeito de possuir plano de saúde, 69,1% (n=143) informaram que possuem planos de saúde privados.

Em relação ao período no curso, 15% (n=31) estão cursando o primeiro período, 8,2% (n=17) o segundo período, 10,6% (n=22) o terceiro período, 8,2% (n=17) o quarto período, 9,7% (n=20) o quinto período, 8,7% (n=18) o sexto período, 17,9% (n=37) o sétimo período, 7,2% (n=15) o oitavo período, 7,7% (n=16) o nono período e 6,8% (n=14) o décimo período. Vale ressaltar que a instituição iniciou as atividades no período letivo

de 2018.2 e até o momento da pesquisa apresenta turmas matriculadas apenas até o décimo período do curso de graduação em medicina. Quando questionados em relação a hábitos sociais, 65,7% (n=136) relataram fazer o consumo de bebidas alcoólicas e 34,3% (n=71) não fazem uso. Com relação ao tabagismo, 90,3% (n=187) afirmaram não ser fumantes, em contrapartida, 9,7% (n=20) referem o hábito de fumar.

Tabela 1 - Perfil epidemiológico e sociodemográfico da amostra.

Características	Acadêmicos de medicina (N)	Acadêmicos de medicina (%)
Sexo		
Feminino	134	64,7%
Masculino	73	35,3%
Idade		
Menor que 18 anos	1	0,5%
18 a 20 anos	44	21,3%
21 a 24 anos	98	47,5%
Maior que 24 anos	64	30,7%
Renda familiar		
Abaixo de 1 salário	3	1,4%
1 a 3 salários	42	20,3%
3 a 5 salários	46	22,2%
Maior que 5 salários	116	56%
Estado civil		
Solteiro	178	86%
Casado	28	13,5%
Divorciado	1	0,5%
Viúvo	0	0%
Bebida Alcoólica		
Sim	136	65,7%
Não	71	34,3%
Fumante		
Sim	20	9,7%
Não	187	90,3%
Plano de Saúde		
Sim	143	69,1%
Não	64	30,9%
Período do curso		
1º Período	31	15%
2º Período	17	8,2%
3º Período	22	10,6%
4º Período	17	8,2%
5º Período	20	9,7%
6º Período	18	8,7%
7º Período	37	17,9%
8º Período	15	7,2%
9º Período	16	7,7%
10º Período	14	6,8%

Fonte: Ramos NR, et al., 2023.

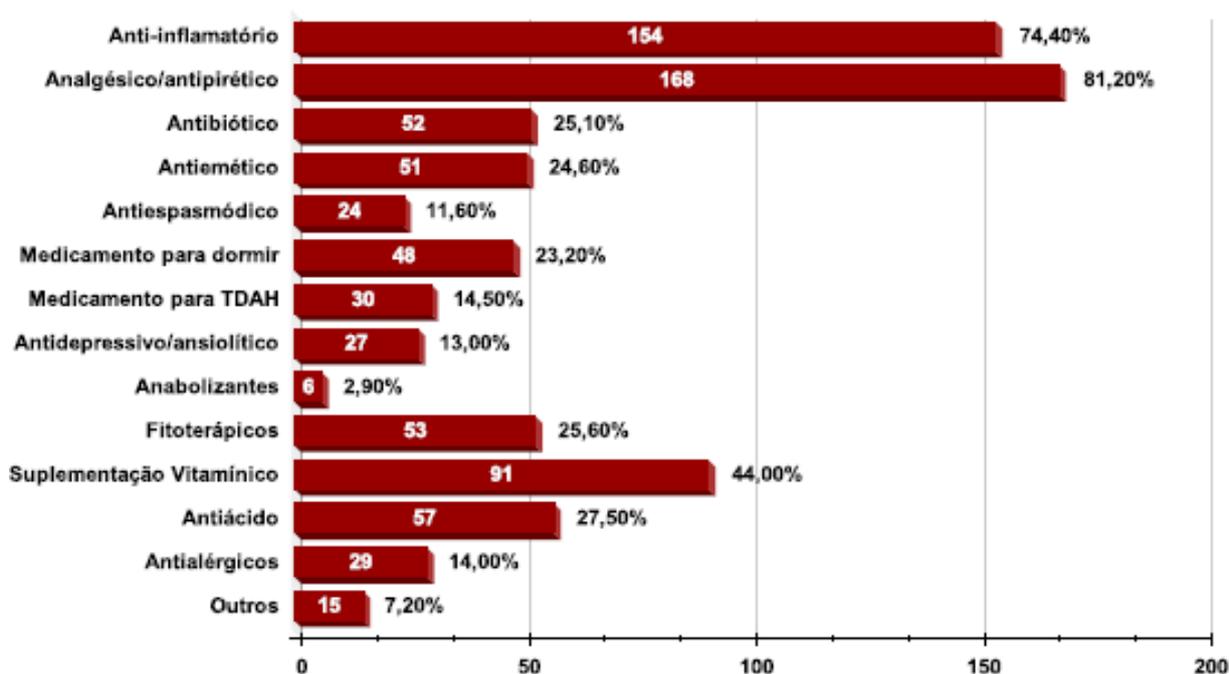
Quando questionados sobre adesão a medicamento sem prescrição médica, os resultados apontaram que 207 (100%) dos participantes afirmaram o uso. Tal resultado, corrobora com a pesquisa realizada por Nascimento C, et al., (2019), na qual apenas 1,4% (n=4/284) relataram não fazer uso de automedicação.

Quanto as classes de medicamentos mais utilizadas sem orientação médica nos últimos 6 meses (**Gráfico 1**), os mais citados foram os analgésicos com 81,2% (n=168/207), anti-inflamatórios 74,4% (n=154/207), suplementos vitamínicos 44% (n=91/207), antiácidos 27,5% (n=57/207), fitoterápicos 25,6% (n=53/207), antibióticos 25,1% (n=52/207) e antiemético 24,6% (n=51/207). Estudo realizado por Bernardes H e colaboradores (2020) apontou que os anti-inflamatórios não esteroides (AINES) foram os fármacos mais utilizados na automedicação dos estudantes do curso de medicina, tanto do ciclo básico, como do ciclo clínico e internato. O mesmo pode ser verificado no trabalho realizado por Nascimento C e colaboradores (2019), no qual evidencia que as classes de medicamentos mais utilizadas sem orientação médica são os anti-inflamatórios não-esteroidais (AINE), seguidos pelos antialérgicos, descongestionantes nasais, anti-inflamatórios esteroidais (AIE), antibióticos, analgésicos e antidepressivos. Já a pesquisa realizada por Lázaro C e colaboradores (2020) em estudo similar com estudantes de medicina, demonstraram que dentre os medicamentos mais utilizados, os analgésicos lideraram com 73,9% das citações, seguidos dos relaxantes musculares (47,9%) e anti-inflamatórios (33,5%).

Semelhante ao trabalho de Amaral O e colaboradores (2019), os dados do presente estudo revelam que os medicamentos mais utilizados são analgésicos, antipiréticos e anti-inflamatórios não esteroides (AINES). Acredita-se que esse alto consumo ocorra devido a sua venda livre, que embora alguns desses fármacos não constem na lista dos medicamentos isentos de prescrição (MIPs), podem ser adquiridos em qualquer farmácia do país, sem necessidade de receituário médico. Em contrapartida, os antidepressivos e antibióticos, são pouco citados, fato que pode ser explicado devido as legislações em vigor que obrigam a dispensação do fármaco mediante a apresentação e retenção da receita médica.

Diante disso, o uso indiscriminado de medicamentos sem a devida orientação e a utilização de mais de um medicamento ao mesmo tempo, pode levar a interações medicamentosas que pode diminuir a eficácia dos fármacos, acarretar efeitos colaterais inesperados ou até mesmo a consequências graves para a saúde (LIMA PA, et al., 2022). Segundo o estudo realizado por Costa JS e colaboradores (2022), todo medicamento pode apresentar inúmeras reações adversas e quando administrado de forma inapropriada, resulta em mais prejuízo do que benesse ao organismo. Esse mesmo trabalho sugere que o uso indiscriminado e de grandes variedades de medicamentos simultaneamente, pode promover problemas graves, como confusão entre as substâncias, ingestão após o prazo de validade, além de armazenamento inadequado dos produtos.

Gráfico 1 - Medicação sem prescrição médica nos últimos 6 meses.

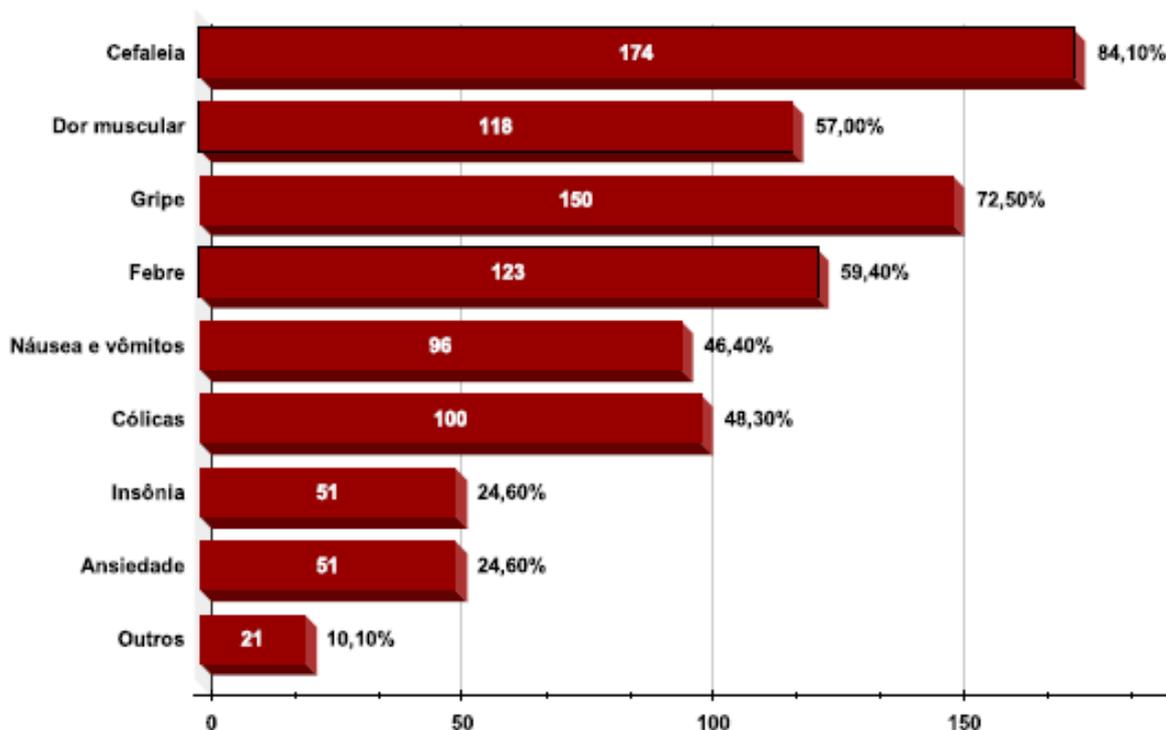


Fonte: Ramos NR, et al., 2023.

Quando questionados sobre a situação que o entrevistado se automedica ou automedicou (Gráfico 2), 84,1% citaram a cefaleia, seguida de sintomas de gripe (72,5%), febre (59,4%), dor muscular (57%), cólica (48,30%), náuseas e vômitos (46,4%), insônia e ansiedade (24,6%) cada.

Tognoli TA, et al. (2019) corrobora com essas informações quando relata em sua pesquisa que o quadro clínico apresentado pelos discentes antes da automedicação incluía cefaleia, mialgia e resfriado. De acordo com Cunha LF e Bachur TP (2019), os estudantes que se queixaram dos sintomas apresentados, principalmente a cefaleia, predominante em todos os estudos analisados, se automedicaram por considerar desnecessária a procura de atendimento médico, classificando os sintomas não muito sérios e por ponderar ter conhecimento suficiente para a tomada de decisão e consumo do medicamento condizente, dessa forma, sentem-se autoconfiantes para esta prática. Segundo Azevedo MC, et al. (2023), essa autoconfiança tem relação com o aprendizado prévio adquirido na faculdade, agregado ao acesso a informações oriundas da internet, televisão, propaganda e até mesmo experiências anteriores com os mesmos sintomas.

Gráfico 2 - Situação que se automedica ou automedicou.



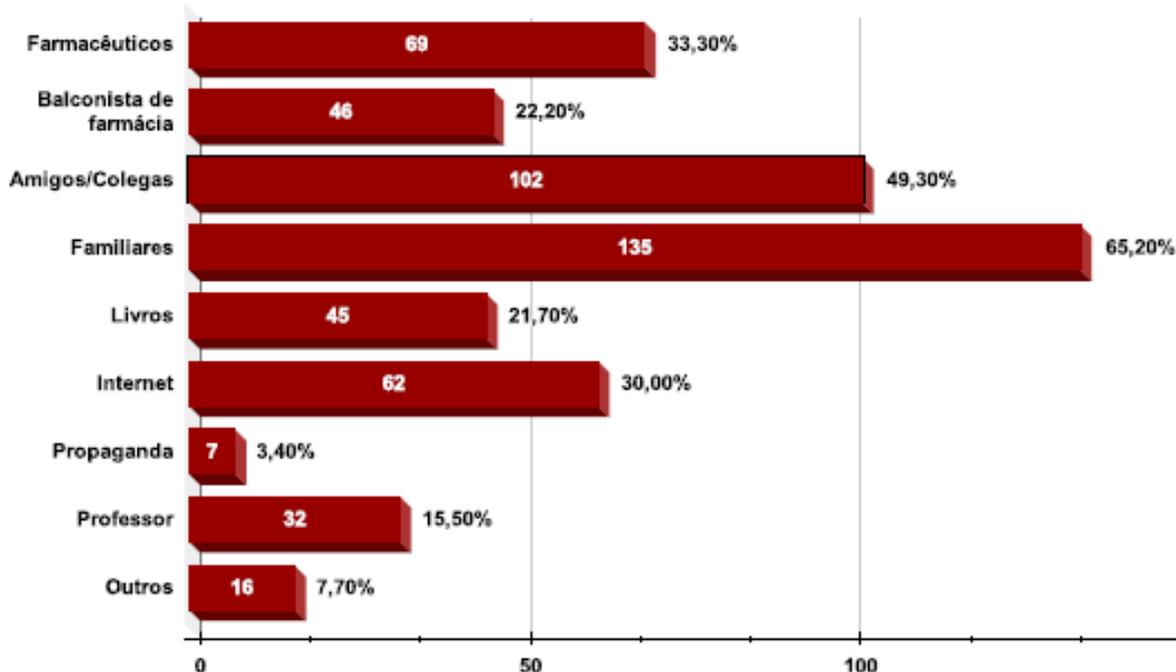
Fonte: Ramos NR, et al., 2023.

Em relação aos fatores que levaram a automedicação, foi citada majoritariamente a busca de alívio rápido dos sintomas (n=160; 77,3%), seguido da opinião de achar desnecessária ida ao médico por repetição de sintomas anteriores (n=94; 45,4%), falta de tempo para ir ao médico (n=80; 38,6%), acreditar nos próprios conhecimentos (n=67; 32,4%), dificuldade para custear consulta médica (n=29; 14%) e por fim, dificuldade de acesso ao serviço de saúde (n=24; 11,6%). Esses resultados são reforçados em outros estudos similares, no qual acredita-se que a indicação de terceiros tem forte influência nesses dados, facilitando assim, a resolução dos problemas de saúde (CUNHA LF e BACHUR TP, 2019).

Quando questionados quanto às recomendações de medicamentos, a maioria dos participantes declarou que os familiares são importantes influenciadores na automedicação (n= 135; 65,2%), seguido por amigos/colegas (n=102; 49,3%), farmacêuticos (n=69; 33,3%), internet (n=62; 30%), balconista de farmácia (n=46; 22,2%), livros (n=45; 21,7%), professor (n=32; 15,5%), outros (n=16; 7,7%) e propaganda (n=7, 3,4%) conforme mostra o **gráfico 3**.

Percebe-se que, por muitas vezes, os acadêmicos de medicina praticam a automedicação por serem influenciados de forma equivocada por amigos e parentes, fazendo uso de prescrições antigas, os quais já tiveram vivência bem-sucedidas, ou até mesmo orientações de farmacêuticos no ato da aquisição do medicamento (CUNHA LF e BACHUR TP, 2019). Estudo realizado por Nascimento C, et al. (2019) demonstrou que o conhecimento próprio do acadêmico é a principal influência que leva a automedicação, seguida pela opinião de familiares, vizinhos e amigos, além do uso de prescrições médicas antigas e a intervenção do farmacêutico ou balconistas de farmácias.

Gráfico 3 - Recomendação da medicação.



Fonte: Ramos NR, et al., 2023.

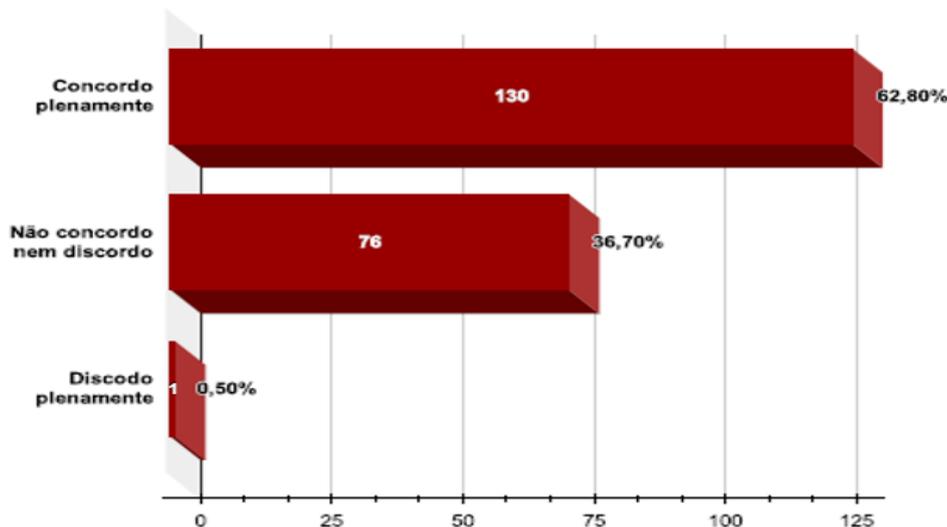
Verificou-se nesta pesquisa que a maioria dos acadêmicos do curso de medicina 62,8% (n=130) reconhecem o perigo da automedicação, enquanto 36,7% (n=76) não concordam nem discordam que o uso indiscriminado de medicamentos e sem orientação médica seja uma prática perigosa, e os que discordam plenamente foi apenas 0,5% (n=1) (**Gráfico 4**). O estudo realizado por Moraes L, et al. (2018), no qual analisa o perfil populacional de automedicação na população mundial ratifica essas informações, tendo sido verificado que 96,58% têm ciência dos riscos à saúde dessa prática inadequada e ainda assim 51% confirmam o uso indevido da ação em estudo.

Essa alta prevalência da automedicação entre os estudantes se dá sob alegação de conhecer os riscos que essa prática pode agregar a sua saúde, bem como os possíveis efeitos adversos causados pelos fármacos mais comumente utilizadas, tendo em vista o conhecimento e aprendizagem adquirida durante seus estudos na graduação (CUNHA LF e BACHUR TP, 2019). Mesmo conhecendo os riscos envolvidos com o uso desenfreado e irracional dos medicamentos, a minoria 20,3% (n=42) relatou o desejo de descontinuar a prática e 79,7% (n=165) relataram que continuariam se automedicando. Resultado similar foi descrito no trabalho de Mejía MC, et al. (2018) quando relata que 78,6% dos seus entrevistados afirmam continuar a prática da automedicação.

Faz-se necessária a realização de novos estudos a cerca da automedicação entre acadêmicos de medicina para melhor esclarecer sobre o assunto, trazendo novas perspectivas do tema em questão. Para compor a pesquisa foi utilizado uma amostragem constituída apenas por alunos da instituição de ensino superior de uma faculdade privada no município de Itabuna no Sul da Bahia, tendo seus resultados como

única pesquisa disponível sobre o assunto nesse município, o que garante a relevância das informações no âmbito municipal, regional e estadual, sendo estas necessárias a fomentação de estudo sobre temática a nível nacional.

Gráfico 4 - Automedicação é uma prática perigosa.



Fonte: Ramos NR, et al., 2023.

Bernardes HC, et al. (2020) refere que, tratando-se de estudantes universitários do curso de medicina, futuros agentes multiplicadores, o processo de conscientização deve ser almejado o mais breve possível de forma educativa, principalmente quanto ao uso racional de medicamentos, elucidando os riscos, benefícios, intoxicações, reações adversas, gastos para o sistema de saúde por consequência de internações devido a automedicação e até mesmo o óbito, tornando-os futuros profissionais conscientes e não coniventes com o uso irracional dos medicamentos, garantindo assim a segurança dos pacientes.

CONCLUSÃO

Com base nos resultados supracitados pode-se afirmar que a automedicação entre os estudantes universitários do curso de graduação em medicina de uma faculdade privada do Sul da Bahia é preocupante, pois demonstram um alto índice de adesão a medicamentos sem prescrição médica. A análise dos resultados configura a tendência de que o grau de conhecimento adquirido durante o curso possui influência direta na prevalência da prática da automedicação. Vale salientar que, as instituições educacionais devem motivar os acadêmicos sobre o papel desses futuros profissionais médicos na orientação à comunidade sobre os riscos da automedicação, bem como o uso racional de medicamentos. Aos profissionais da área da saúde, principalmente o médico, cabem a responsabilidade de ser exemplo e promover a educação em saúde na comunidade que se encontram inseridos, reduzindo assim, os casos de intoxicações por medicamentos, suicídios com uso de fármacos, reações adversas que possam acontecer, respostas alérgicas e até mesmo internações devido a problemas relacionados a medicamentos. Essas ações em conjunto são positivas pois contribuem para a redução de gastos nos sistemas de saúde e atuam na promoção da saúde e prevenção de doenças.

AGRADECIMENTOS

Nosso sincero agradecimento aos amigos especiais do coração João Henrique Rocha Souza, Samila Andrade Chaves e Heitor Miranda de Farias Neto, que de forma direta ou indireta participaram da realização desse estudo. Suas contribuições, conhecimento, incentivo e apoio foram fundamentais para a idealização, confecção e concretização desse artigo. Gratidão aos discentes que participaram dessa pesquisa, e registra-se o agradecimento a Faculdade Santo Agostinho de Itabuna – Ba pelo apoio durante toda a jornada de elaboração desse estudo.

REFERÊNCIAS

1. AMARAL O, et al. Automedicação na comunidade: um problema de Saúde Pública. *International Journal of Developmental and Educational Psychology*, 2019; 4.
2. ANVISA. Notificação de eventos adversos a medicamentos. Comunicado GGMON 003/2021. Disponível em: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2021/anvisa-alerta-para-riscos-do-uso-indiscriminado-de-medicamentos/20213103_comunicado_ggmon_003_2021.pdf. Acessado em: 12 de junho de 2023.
3. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE MEDICAMENTOS ISENTOS DE PRESCRIÇÃO, ABIMIPS. Código de conduta ABIMIP para medicamentos isento de prescrição. 2019. Disponível em: <https://abimip.org.br/texto/codigo-de-conduta-abimip>. Acessado em: 06 de maio de 2023.
4. AZEVEDO M, et al. Influência da Propaganda na Automedicação entre a população de Vitória da Conquista. *Rev. Psic*, 2023; 17(65): 383-396.
5. BERNARDES H, et al. Perfil epidemiológico de automedicação entre acadêmicos de medicina de uma universidade pública brasileira. *Brazilian Journal of Health Review*, 2020; 3(4): 8631-43.
6. BRASIL. Lei nº 5991, de 17 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 17 de dezembro de 1973. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/. Acessado em: 06 de maio de 2023.
7. BRASIL. Lei nº 13.732, de 8 de novembro de 2018. Altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 09 de novembro de 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13732.htm. Acessado em: 06 de maio de 2023.
8. BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. Resolução 357, de 20 de abril de 2001. Aprova Regulamento técnico das Boas Práticas Farmacêuticas. Disponível em: <https://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/357.pdf>. Acessado em: 06 de maio de 2023.
9. COSTA J, et al. Automedicação. *Scientific Electronic Archives*, 2022; 15 (9): 60-65.
10. CUNHA LF e BACHUR TP. A influência da educação médica na prática da automedicação entre acadêmicos de medicina. *Revinter*, 2019; 12(01): 19-26.
11. DOS SANTOS T, et al. Automedicação entre estudantes de enfermagem e medicina no Brasil: revisão integrativa. *Research, Society and Development*, 2022; 11(2).
12. GUSMÃO E, et al. Automedicação em idosos e fatores associados. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, 2018; 11(2).
13. FERREIRA F, et al. O impacto da prática da automedicação no Brasil: Revisão Sistemática. *Brazilian Applied Science Review*, 2021; 5(3): 1505-1518.
14. LÁZARO C, et al. Investigação sobre a automedicação dos estudantes do curso de medicina de uma Instituição de Ensino Superior. *Research, Society and Development*, 2020; 9(4).
15. LIMA P, et al. Automedicação entre estudantes de graduação do interior do Amazonas. *Acta Paul Enferm*. 2022; 35: eAPE039000134.
16. MATOS J, et al. Prevalência, perfil e fatores associados à automedicação em adolescentes e servidores de uma escola pública profissionalizante. *Cadernos Saúde Coletiva*, 2018; 26(1): 76-83.
17. MEDEIROS I, et al. A automedicação em estudantes de medicina: uma revisão sistemática. *Scientia Naturalis*, 2022; 4(2): 685-695.
18. MEJÍA M. Actitudes, conocimientos y prácticas frente a la automedicación con productos herbales y psicofármacos en estudiantes de medicina de Medellín-Colombia, 2018; 37(1): 17-24.
19. MORAES L, et al. Automedicação em acadêmicos de Medicina. *Revista Sociedade Brasileira de Clínica Médica*, 2018; 16(3): 167-70.
20. NASCIMENTO C, et al. Avaliação da automedicação entre estudantes de medicina de uma instituição de ensino de Alagoas. *Rev Med*, 2019; 98(6): 367-373.
21. TOGNOLI T, et al. Automedicação entre acadêmicos de medicina de Fernandópolis – São Paulo. *J. Health Biol Sci*, 2019; 7(4): 382-386.
22. XAVIER M, et al. Automedicação e o risco à saúde: uma revisão de literatura. *Brazilian Journal of Health Review*, 2021; 4(1): 225-240.
23. WORLD HEALTH ORGANIZATION. (2000). Guidelines for the regulatory assessment of medicinal products for use in self-medication. World Health Organization. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/66154>. Acessado em: 06 de maio de 2023.